SEGREGAÇÃO URBANA E POLÍTICAS DE INCLUSÃO HABITACIONAL

REDÍGOLO, Natália C.N.¹

Resumo

A segregação espacial tem sido característica das cidades modernas. Atualmente faz parte da paisagem urbana uma proporção de excluídos, o que está invertendo as noções de espaço público, já que agora existem espaços públicos para cada classe social, consolidando uma espécie de “apartheid” simbólico. Neste contexto de segregação espacial existe um tipo de moradia dos excluídos que ainda coexiste com a moradia dos incluídos: a favela. Por esta coexistência indesejável, criam-se vários mitos para justificar a erradicação das favelas, situação muitas vezes arbitrária para com os moradores. Apesar do desejo das elites de varrer as favelas, começam a aparecer soluções mais democráticas para os problemas habitacionais em que os excluídos tenham mais chance de opinar sobre seu próprio futuro.

Palavras-Chave: Favela, apartheid espacial, políticas públicas, urbanização.

1. Segregação espacial

Os estudiosos das cidades têm se preocupado com dois pontos referentes ao seu desenvolvimento: o processo de segregação urbana e uso correto do espaço público. Percebe-se que segregação social é característica de todas as cidades modernas, e a segregação espacial é uma tendência que tem se confirmado a cada dia com o desenvolvimento e crescimento das cidades. Caldeira (2000) observa que antigamente a separação entre as classes sociais era simbólica, porém o desenvolvimento de sistemas de transporte e o medo da violência tornaram viáveis e desejáveis a separação física entre pobres e ricos. Este processo associa-se a uma completa inversão da concepção de espaço público, já que os ricos privatizam seus espaços e abandonam a esfera pública tradicional para os mais pobres.

Jacobs (2000) vê com tristeza a tendência de descartar as ruas e a própria cidade. Para a urbanista, “as ruas e as calçadas, principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais” (p.29) e quando as pessoas abandonam as ruas elas se tornam mais perigosas. Ela percebe que este sentimento de insegurança em relação às ruas e seu abandono estão intimamente ligados aos processos de segregação espacial:

Levando em consideração a intensidade do preconceito e do medo que acompanham a discriminação e a encorajam, superar a discriminação espacial é também muito difícil se as pessoas se

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá; naty_redigolo@hotmail.com

sentem de algum modo inseguras nas ruas. É difícil superar a discriminação espacial onde as pessoas não tenham como manter uma vida pública civilizada sobre uma base pública fundamentalmente digna e uma vida privada sobre uma base privada. (Jacobs, 2000, p.77)

A concepção de espaço público está ligada a uma concepção de espaço aberto e igualitário e é justamente esta concepção que está sendo invertida, com o processo de segregação espacial.

Buarque (2003) define a segregação espacial no Brasil em termos parecidos com o apartheid sul-africano:

Impossibilitados de explicitar a apartação física, proibindo-os de circular por essas áreas, como fez a Lei de Circulação na África do Sul, os ricos optaram pela segregação física, construindo os condomínios, onde as ruas e praças são cercadas e protegidas por vigilantes que só permitem a entrada de moradores, visitantes ou seus serviçais. (...) Ainda mais grave: as vozes que se levantam contra estas cercas argumentam com base na estética e no compromisso com as paisagens e os traçados das cidades, e não com base na falta de ética de cidades onde os habitantes do mesmo país são vistos constantemente como invasores. (...) O que na África do Sul o *apartheid* fez com as leis, ao proibir os negros de freqüentar os bairros, as lojas, os restaurantes dos brancos, no Brasil a apartação faz com a arquitetura, ao impedir os pobres de freqüentar os espaços dos ricos. Na África do Sul opta-se pela ética da diferença explícita, sem necessidade de construções. No Brasil, opta-se pelas construções para manter a ilusão de ligeira e passageira desigualdade. (Buarque, 1993, p.42 a 45)

A segregação espacial é justificada por várias concepções, sendo algumas delas o medo da criminalidade (geralmente associada à pobreza), a saúde e a higiene (as políticas de higienização e de saúde pública de São Paulo e Rio de Janeiro, no início do século XX, foram na verdade políticas de reestruturação urbana com exclusão e expulsão de uma parte da população) e de moralidade (começa a ser imposto um padrão de moradia burguês moderno, com os ideais de casa própria, unifamiliar, de preferência com cômodos de funções separadas) ². Estas concepções são bem difundidas na

² Segundo Bonduki (1998) o modelo habitacional tem raízes conservadoras e pequeno-burguesas, tanto de maneira geral, como na organização da vida privada, que “passa a girar em torno da família nuclear, consolidada, monogâmica e reprodutora dos valores tradicionais” (Bonduki 1998, p.309). Este modelo habitacional acaba sendo individualista e pobre de relações sociais. A partir desta individualização os trabalhadores “reproduziram o padrão conservador e pré-urbano de habitação e organização familiar” (Bonduki 1998, p.309). O modelo em questão é a casa própria auto empreendida. O autor mostra que a importância simbólica da casa própria é considerada pelos ricos como sinônimos de status social, padrão cultural familiar e garantia de bem estar, já para os pobres, além desses fatores, a casa própria é uma segurança para o indivíduo que se encontra fora do mercado de trabalho devido à idade avançada. Neste sentido, os mais pobres incorporam o padrão conservador das classes altas, de forma que mesmo num espaço reduzido, a habitação reproduz os padrões de divisão das outras classes. Estas divisões estão

sociedade em geral, de maneira que todos que podem de alguma maneira, independente da classe social a buscam, e os que não a alcançam são completamente marginalizados da sociedade.

As chamadas cidades planejadas ou as mais novas costumam ser mais eficientes no intuito de segregar, já que esta é uma concepção relativamente nova e as metrópoles antigas tem um pouco mais de dificuldade de implantar o novo padrão de segregação com um tipo de excluído: os favelados. Em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro ainda se observam favelas e mansões no mesmo cartão postal. Isso se deve às condições de ilegalidade das favelas. A dispersão das camadas baixas, porém legais é fácil, porque são pessoas com o mínimo de recurso para morar nos subúrbios, mas sem condições de morar nas áreas destinadas aos ricos. Já nas favelas, como tudo, ou quase tudo é gratuito, a população não tem nem motivo nem condições de se locomover.

2. O morro e o asfalto

*Abre a janela da favela
Você vai ver a beleza que tem por dentro dela
Não quero dizer que lá não existe tristeza
Não quero dizer que lá não existe pobreza
Porque favela sem miséria não é favela
Vai, no silêncio quando a noite cede a vez à madrugada
Pra romper um novo dia
Puxe a cortina da mesma lentamente
E você vai ver o samba em pessoa falando com a gente.
(Janela da Favela, Ponto de Equilíbrio).*

A canção acima é um dos inúmeros exemplos de músicas, poesias e livros que tentam expressar uma reação à imagem usual da favela como um lugar feio, sujo, violento e precário.

Geralmente as definições de favela vêm de acordo com algumas características gerais como construções abaixo do padrão, alta densidade demográfica, ausência de saneamento, localização suburbana e ocupação ilegal do solo.

associadas a valores morais de que se deve haver um espaço íntimo separado de um espaço social na casa. Este novo padrão impunha uma maior individualização, de forma a evitar contatos entre pessoas de famílias diferentes, resultando para estes, a busca da casa própria na periferia.

Algumas dessas definições de fato correspondem à maioria das favelas, porém muito do que se fala da favela faz parte do que Perlman (1977) chamou de *Mito da marginalidade*. A autora mostra que esses mitos sustentam três posicionamentos:

a) Favelas como aglomerações patológicas:

Segundo este ponto de vista, a favela é uma aglomeração desordenada de vagabundos desempregados, mulheres e crianças abandonadas, ladrões, bêbados e prostitutas (Perlman, 1977, p.42).

Nesse caso a favela é um parasita para o Estado, as terras que ocupam são valiosas, impedindo um uso mais lucrativo do solo que ocupam e desvalorizando os solos vizinhos, portanto devem ser erradicadas pelo próprio Estado.

b) Favelas como comunidades em busca de superação:

O ponto de vista oposto considera a favela como uma comunidade habitada por gente dinâmica, honesta e capaz, que poderia melhorar sua vizinhança se lhe fossem dada a oportunidade. Os favelados contribuem para a economia na qualidade de trabalhadores e consumidores, e através das melhorias que introduzem nos seus terrenos e casas. Com o tempo, a favela evoluirá naturalmente até constituir uma vizinhança produtiva, totalmente integrada na cidade (Perlman, 1977, p.43);

Este ponto de vista deve implicar em políticas de legalização da favela de maneira que os favelados consigam resolver sozinhos seus próprios problemas.

c) Favelas como uma calamidade inevitável:

O terceiro ponto de vista, intermediário, considera a favela uma consequência natural, ainda que infeliz, do rápido crescimento urbano. Reconhece que a cidade não pode crescer suficientemente depressa para proporcionar empregos para todos ou os necessários serviços urbanos. A existência de grandes níveis de desemprego, bem como de inadequada infra-estrutura na favela, é vista como consequência normal da rápida migração rural. Os favelados são considerados úteis como mão de obra barata e votos fáceis de comprar, apesar de serem julgados economicamente pouco produtivos, politicamente despreparados, e socialmente indesejáveis (Perlman, 1977, p.44).

Esta posição implica numa política paternalista, em que os favelados são auxiliados no limite do exequível, sem modificar a estrutura básica da situação.

Souza (2000) acrescentou a esse mito o “*preconceito segundo o qual os favelados são assimilados genericamente à traficantes de drogas ou, pelo menos, como criaturas socialmente perigosas e moralmente deformadas, porque cúmplices dos traficantes*”(p.59).Segundo o autor essa concepção é simplista e moralista. Quando se

fala em “envolvimento” do favelado com o tráfico está se falando do que exatamente? Pesquisando diversas favelas do país, ele percebeu que existe certo paternalismo dos traficantes com o restante da comunidade e que o tráfico movimenta dinheiro nas favelas, de maneira que grande parte da população favelada é indiretamente beneficiada pelo tráfico. É neste sentido que é simplista separar uma população entre trabalhadores e bandidos. Além do mais o problema da criminalidade e do tráfico no Brasil não é um problema local e sim um problema generalizado inclusive internacionalmente. Existe sim certo nível de complacência dos favelados com a criminalidade que os cerca porque muitas vezes ela tem o domínio econômico e social do território, mas o que o autor refuta é uma “*culpabilização moralística*” (Souza, 2000, p.104) desta complacência e a idéia de que não existam “*tensões e ambigüidades nessa relação*” (Souza, 2000, p.104). Muitas vezes os traficantes representam uma tirania para os favelados, mas como o tráfico está inserido fortemente no local não se consegue escapar de algum nível de influência. Por isso o autor considera que esse simplismo é mais um meio de legitimar os “*mitos da marginalidade*” com a concepção que Caldeira (2000) chama de “*criminalização da pobreza*”.

As definições de favela mudam muito, pois o fenômeno é generalizado no Brasil e no mundo e cada caso tem características diferentes. A relação da favela com a criminalidade e o tráfico, por exemplo, é encontrada de maneiras muito diferentes nas favelas das metrópoles e as das cidades médias. Até entre as próprias metrópoles, Souza observou que o tráfico nas favelas do Recife é muito diferente do das favelas de Curitiba, e a maneira como sociedade e moradores lidam com ele também é diferente. Portanto não se pode dizer que a criminalidade seja uma característica das favelas. As definições para favela mais comuns costumam ser:

(...) grupo de moradias com alta densidade de ocupação, construídas desordenadamente com materiais inadequados, sem zoneamento, sem serviços públicos e em terrenos usados ilegalmente sem o consentimento do proprietário. (...) o que, afinal, distingue a favela de muitas outras comunidades pobres que lhe são semelhantes é a ocupação ilegal da terra. (Perlman, 1977, p.40)

(...) aglomerados humanos localizados em áreas não urbanizadas, constituídas por habitações rústicas ou improvisadas, desprovidas de melhoramentos públicos, construídos em terra de terceiros: do governo, de particulares ou de domínio não definido (www.ibge.gov.br, dezembro de 2007).

Segundo o Observatório das Favelas, a favela é um território da cidade que geralmente apresenta “*insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal, principalmente o imobiliário, financeiro e de serviços*”, estigmatização sócio-espacial principalmente por parte dos moradores do restante da cidade, “*níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho*”, “*edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, que não se orientam pelos parâmetros definidos pelo Estado*”, uso do solo predominantemente residencial, “*indicadores educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade*”, “*ocupação de sítios urbanos marcados por um alto grau de vulnerabilidade ambiental*”, alta densidade demográfica, “*relações de vizinhança marcadas por intensa sociabilidade, com forte valorização dos espaços comuns como lugar de encontro*”, “*alta concentração de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com a região brasileira*” e alto grau de vitimização:

Nós compreendemos que as favelas constituem moradas singulares no conjunto da cidade, compondo o tecido urbano, estando, portanto, integrado a este, sendo, todavia, tipos de ocupação que não seguem aqueles padrões hegemônicos que o Estado e o mercado definem como sendo o modelo de ocupação e uso do solo nas cidades. Estes modelos, em geral, são referenciados em teorias urbanísticas e pressupostos culturais vinculados a determinadas classes e grupos sociais hegemônicos que consagram o que é um ambiente saudável, agradável e adequado às funções que uma cidade deve exercer no âmbito do modelo civilizatório em curso. (http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acer/vo/view_text.php?id_text=16)

Enfim, as favelas podem possuir diversas características, mas o que há de comum entre elas é a questão da ilegalidade da ocupação. É neste ponto que os pobres se dividem entre os favelados e não favelados: o símbolo de estabilidade para os mais pobres não é apenas ter uma casa, mas ter uma casa legalizada. Os favelados se vêem em situação de vulnerabilidade porque estão sempre ameaçados de remoção. A canção abaixo mostra a importância simbólica da construção e legalização da casa para o trabalhador brasileiro e como esta legalização é símbolo da estabilidade merecida por quem trabalha:

*Eu arranjei o meu dinheiro,
Trabalhando o ano inteiro,
Numa cerâmica,
Fabricando pote,
E lá no alto da Mooca,*

*Eu comprei um lindo lote,
Dez de frente, dez de fundos,
Construí minha maloca,
Me disseram que sem planta, não se pode construir,
Mas quem trabalha tudo pode conseguir,
João Saracura,
Que é Fiscal da Prefeitura,
Foi um grande amigo,
Arranjou todo pra mim!(...)
Minha maloca,
A mais linda que eu já vi!
Hoje está legalizada,
Ninguém pode demolir!
(Abrigo de vagabundos, Demônios da Garoa).*

Essa questão da legalidade da terra ou da construção também serve de suporte ideológico para as teorias de marginalização que criminalizam a pobreza:

Por ser ilegal, a favela é alvo fácil dos interesses imobiliários, e mais do que isto, esta ilegalidade é a justificativa para a segregação e o preconceito. A partir do momento, que essas pessoas estão à margem da lei no caso da ocupação, elas são consideradas transgressoras em todos os sentidos, e sua figura é associada à de criminosos (Redígolo, 2008, p. 33).

O favelado está sempre à margem da lei, ora ele ocupa um terreno que não lhe pertence, ora sua casa não tem planta, ou não segue as regras urbanísticas. Por isso, para grande parte da população, poder público e imprensa, a solução para as favelas é a remoção dos favelados.

3. Solução fácil: remoção

*Que saudade, da maloca onde eu morava
Tinha tudo que edifício não tem
Água na fonte, não fartava não
Nossa luz à querozene
Não apagava também.*

*A noite tinha sempre serenata
O terrero da Maria
Em frente ao botequim do Zé
Cada qual com seu amor
Bem agarrado
Ponha sentido no caso
E diga se é bão ou não é*

*Desde que mudei pra cidade
Me adescurpe, essa verdade
Não me sinto bem
Cada vez que uma maloca é derrubada*

*Seu dotor tem a palavra
É o pogresso que vem*

(Que saudade da maloca, Demônios da Garoa)

A canção acima descreve o drama vivido por milhões de brasileiros removidos de suas casas constantemente em nome do “pogresso”. A política de remoção é a mais utilizada para solucionar o problema das favelas. É uma opção bem aceita porque tira a feiúra do problema da desigualdade social sem mudar a estrutura:

Deseja-se eliminar o incomodo que os pobres representam para os ricos, e não a degradação social que a pobreza significa para os pobres. (Buarque,1993, p.73)

Varrer as favelas do cenário urbano equivale simbolicamente a varrer a pobreza, a marginalidade e a criminalidade:

A marginalidade era compreendida como algo a ser erradicado materialmente, um sintoma que teria uma cura simples: remoção das favelas e construção financiada pelo governo de moradias adequadas a baixo custo (Perlman, 1977, p.136)

Valladares capta bem a maneira como a favela é um incômodo para a sociedade e como a remoção é desejável:

(...) as favelas constituem transgressão legal. Sua ocupação do solo transgride também a legislação referente à utilização do espaço, o Código de Obras. Por estes dois fatores, as favelas não contam com qualquer forma de respaldo jurídico, cabendo-lhes uma posição marginal dentro da cidade. Sua distribuição no espaço urbano, além disso, revela-se conflitiva, ao ocorrerem em zonas de alta especulação imobiliária e urbanizadas, disputando espaço com populações de classe média e alta. São percebidas, pois, como um desequilíbrio quanto ao uso do solo, no sentido de que grande parte das favelas ocupa áreas cujo valor excede em muitíssimas vezes sua utilização. Áreas de ocupação ilegal, crescimento espontâneo e carentes de uma infra-estrutura básica logo, fora das normas de urbanização, as favelas sempre representaram um entrave diante dos programas de planejamento urbano projetados ou realizados. Acresça-se a ameaça latente que também sempre representaram para o *statu quo*, violentando a ordem estabelecida, aglomerando populações de baixa renda, de considerável importância quantitativa e com forte potencial de mobilização. (Valladares, 1980, p.31)

Os favelados continuam pobres, continuam sofrendo e às vezes sua situação até piora. A favela tem muitas vantagens para quem tem poucos recursos: a gratuidade de quase tudo, geralmente uma boa localização que facilita o acesso aos serviços públicos e

ao mercado de trabalho e as relações de vizinhança que geralmente garantem força política e colaboração mútua. Jacobs define essa política como um “tentar superar as causas do problema manipulando os sintomas”:

Nossas leis vigentes de revitalização urbana são uma tentativa de romper esse encadeamento específico dos círculos viciosos por meio da erradicação pura e simples dos cortiços e de sua população, substituindo-os por conjuntos habitacionais que se pretende produzam uma receita tributária mais elevada ou seduzam uma população mais dócil com exigências públicas menos dispendiosas. Esse método não funciona. No máximo, transfere os cortiços de lugar, acrescentando matizes próprios de mais privação e desagregação. No mínimo, destrói as vizinhanças onde existem comunidades construtivas que se aprimoram e onde a situação exige encorajamento, e não destruição. (...) sua remoção fracassa por tentar superar as causas do problema manipulando os sintomas. (Jacobs, 2000, p.302)

Rolnik (1988) mostra que a favela é um inimigo público:

Do ponto de vista do capital, a favela ou cortiço, contradição do sistema que reproduz e rejeita, é território inimigo, que deve ser eliminado. É inimigo do capital imobiliário porque desvaloriza a região; da polícia, porque em seus espaços irregulares e densos é difícil penetrar; dos médicos, porque ali, espaço sem saneamento, proliferam os parasitas que se reproduzem nos esgotos a céu aberto. (Rolnik, 1988, p. 69)

Caldeira (2000) também observa a relação da ilegalidade da favela com as noções de sujeira e crime:

O crime e os criminosos são associados aos espaços que supostamente lhes dão origem, isto é, as favelas e os cortiços, vistos como os principais espaços do crime. (...) As favelas são residências erguidas em terra invadida. Embora os barracos possam parecer com algumas residências na periferia, a principal diferença é que na periferia a maioria das pessoas compram o terreno onde constroem suas casas (mesmo que sejam barracos) ou pagam aluguel. Numa favela, apesar de os moradores também construírem suas habitações e às vezes as alugarem, as residências são construídas em terra obtida ilegalmente, e considera-se que seus residentes não se coadunam a classificação de cidadãos: eles vivem num terreno usurpado, não pagam impostos municipais, não tem endereço oficial e não são proprietários. Além disso, nas favelas, as casas são precárias, geralmente feitas de material descartável e bem pequenas. Como residências um tanto anômalas, ou seja, que não se encaixam totalmente na classificação de casas apropriadas, favelas e cortiços acabam classificados como sujos e poluidores. (Caldeira, 2000, p.79,80)

Enfim, o favelado, além de ter que sobreviver com pouquíssimo recurso, superar a falta de acesso aos bens da sociedade, também é visto como um inimigo público e sofre diariamente com a construção de estigmas que os inferiorizam ou criminalizam. Se a pobreza em geral já é associada à criminalidade e a sujeira, a pobreza dos favelados o é muito mais.

Às vezes a estereótipo do favelado é tão forte que ele próprio começa a acreditar. Ele pode até não se ver como bandido, mas pode passar a acreditar que seu vizinho o é.

Este estereótipo é uma maneira que os brasileiros têm de discriminar, excluir uma parcela da população sem que isso lhe traga maiores remorsos. Associar favelados a bandidos é uma maneira de justificar, legitimar a exclusão mantendo a imagem de uma nação democrática:

A arte de discriminar e ao mesmo tempo negar que se faz isso só pode ser cheia de ambigüidades .mas é uma arte em que os brasileiros são mestres(Caldeira, 2000, p.88)

È uma manutenção da pobreza. Os pobres não podem ser simplesmente exterminados, pois eles são uma peça importante do sistema econômico, mas de alguma maneira eles tem que ser diferenciados e excluídos:

Os favelados são considerados úteis como mão de obra barata e votos fáceis de comprar, apesar de serem julgados economicamente pouco produtivos, politicamente despreparados, e socialmente indesejáveis (Perlman, 1977, p. 44).

Como se pode ver, a relação das elites com os favelados é extremamente paradoxal. Por um lado, essas comunidades são tratadas “como uma praga” (Perlman, 1977, p.124), por outro, procura-se solucionar o problema de os favelados serem “criminosos e imundos”:

O principal — a essência mesma do projeto — deve estar voltado para o cultural e a conquista da cidadania. Pensamos em uma *Minivila Olímpica* que se desdobra em uma festa semanal das comunidades do entorno. Um ponto de encontro em que as mães estejam mais próximas de seus filhos, protegendo-os em relação ao manhoso aliciamento por narcotraficantes. Um espaço preferencial dos sábados e domingos, que seja capaz de retirar os pais adultos das margens dos balcões dos bares e restaurantes, onde apenas existe a possibilidade de tomar a sua cervejinha tradicional. (Absaber, 2001, p. 3)

Observa-se que mesmo as propostas para melhoria das favelas estão repletas de estigmas e preconceitos. Absaber propõe a “conquista da cidadania”, reforçando a condição de não-cidadãos dos favelados, busca uma reaproximação familiar, provavelmente por imaginar que estes laços estejam frágeis na favela, tenta protegê-los dos narcotraficantes, mostrando a noção de que eles dominam as favelas e tenta tirar as pessoas dos balcões, reforçando a idéia de que favelados são bêbados e drogados.

Enfim, para sobreviver, as pessoas que não tem condições de morar em um lote legalizado devem se submeter à condição de não-cidadão estigmatizado:

Geralmente, o que o planejamento urbano chama de subnormal, a polícia chama de marginal e o povo em geral de má vizinhança, que desvaloriza o bairro. Evidentemente para quem mora ali essa é a melhor maneira de conseguir morar em uma cidade cara e segregada. Isso implica ter de assumir a condição de não cidadão, estigmatizado por se desviar da norma. A estigmatização destes focos de desvio faz parte do mecanismo poderoso de reprodução do modelo de cidade e cidadão - é a maioria integrada e “normal” que se identifica com a norma nesta operação de produção de significados. (Rolnik, 1988, p. 68)

4. Políticas públicas para as favelas

Já vimos que a política mais fácil para as favelas costuma ser a remoção, porém existem outras.

Geralmente os urbanistas vêem seres humanos de maneira estática, pensam a cidade apenas no aspecto físico, como se ela fosse uma reprodução das maquetes que utilizam nos seus estudos. É esse tipo de postura que acaba levando a remoção das favelas. Porém, esses profissionais não são os únicos responsáveis pelo desenvolvimento urbano. Absaber (2001) cita alguns outros:

Mais uma razão para que governantes e cientistas, ao lado de pessoas esclarecidas e religiosos diferenciados, ponham mãos à obra, para pensar com seriedade centenas ou milhares de estratégias para modificar essa conjuntura de desigualdades somadas, a partir de propostas bem meditadas por mais simples que sejam, desde que viáveis e úteis e, sobretudo, provocadoras de acréscimos e efeitos multiplicadores. (Absaber, 2001, p. 2)

É verdade que urbanistas, governantes, cientistas, religiosos e esclarecidos tem a função de ajudar a resolver os problemas urbanos, já que possuem os recursos, o conhecimento técnico e o poder político, porém, acredita-se que os moradores das favelas também devem ter poder de voz na hora de criar políticas de desenvolvimento

ou reestruturação urbana, já que são estas pessoas que mais sofrem com políticas arbitrárias como as de remoção.

Uma maneira de a população intervir nas políticas urbanas é o Plano Diretor Participativo. O Plano Diretor é um projeto de âmbito municipal que, segundo a legislação, deve ter a participação de entidades organizadas e da sociedade civil na formulação de políticas públicas, sendo de responsabilidade do poder executivo municipal e da aprovação do poder legislativo. Ele consta no Estatuto da Cidade³ “*como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município*” (Fujikawa, 2006, p.16). O plano é elaborado através de levantamentos sobre o município, entrevistas e audiências com a população. As diretrizes formuladas para o município devem ser um apanhado da opinião de todos que participam destas audiências. É nesse sentido que o Plano Diretor pode ser uma saída para a população favelada que não quer ser expulsa.

O Estatuto da Cidade pode diminuir as desigualdades porque prevê direito a moradia a todos e prevê o Plano Diretor Participativo, que é uma maneira de todos decidirem como esse direito à moradia deve ser exercido:

Após a regulamentação da Lei Federal chamada de o “Estatuto da Cidade”, o direito à cidade está definido na própria lei como “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”. Ainda que os mecanismos legais não sejam capazes de transformar a realidade brasileira, o Estatuto da Cidade pode ser útil na tarefa árdua de reduzir o “*apartheid* social” das nossas cidades. (Fujikawa, 2006, p.15)

Para além do Plano Diretor, o Estatuto da Cidade prevê uma gestão democrática da cidade (Cap. V). Isso significa que o Plano é uma boa oportunidade de garantir direitos porque legisla, mas depois dele a população deve cobrar, gerir, realizar audiências e opinar sobre as políticas urbanas.

5. Urbanização

Já que a remoção é indesejável para muitos favelados, uma boa solução seria a urbanização das favelas: ao invés de varrer a população do local, legalizar sua situação e levar os serviços públicos e a infra-estrutura até elas. Souza (2000, p.74) considera que

³ Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

“a urbanização das favelas é uma componente fundamental de um processo genuíno de reforma urbana democrática”:

O mais decisivo, de qualquer modo, é que, desde que não se restrinja a idéia de urbanização de uma favela a uma simples remodelação urbanística do espaço, vendo-a, isso sim, como um processo de propiciamento das bases materiais e institucionais para a eliminação da barreira de preconceitos que separa as cidades “legal” (bairros comuns) e “ilegal” (favelas), percebe-se que não é suficiente para o sucesso de um processo de urbanização estar ela tecnicamente bem concebida na prancheta de desenho de um arquiteto. Urbanizar uma favela precisa significar melhorar a auto-estima dos favelados, integrá-los o mais possível a economia formal e melhorar sua renda—além, evidentemente, da realização das obras de infra-estrutura típicas dos programas de slum-upgrading em sentido convencional. (Souza, 2000, p. 74)

Enfim, a urbanização das favelas é muito mais do que mudanças físicas, ela está associada a uma proposta democrática e não deve ser feita exclusivamente por técnicos. Deve englobar os aspectos sociais e levar em consideração a opinião e os anseios da população favelada. Para uma auto-afirmação de classes, costuma-se negar aos pobres a capacidade de gerir sua própria vida. O Estatuto da Cidade tem uma proposta oposta a esta, mas ainda encontra oposição, de pessoas que acham que planejamento deve ser feito por técnicos, políticos e gestores orçamentários. Normalmente as elites negam a capacidade dos pobres de tomar qualquer tipo de decisão:

Pessoas das classes mais altas duvidam da capacidade dos pobres de fazer escolhas de consumo e controlar sua fecundidade, mas também de sua capacidade de votar racionalmente. Assim como ficam irritadas com as televisões dos pobres, ficam irritadas com a incorporação dos pobres à cidadania política através dos movimentos sociais e do voto. (Caldeira, 2000, p.75)

Esse tipo de postura deve mudar. Os estudiosos das favelas logo percebem que a favela não é um espaço jogado, que se desenvolve aleatoriamente. É um espaço muito bem pensado, porque é pensado justamente por que vai morar, por quem vai sofrer as conseqüências de um mau planejamento:

Debaixo da miséria aparente existe uma comunidade que se caracteriza pelo cuidadoso planejamento no uso de um limitado espaço para fins de moradia, e pelas técnicas criativas de construção em encostas que os urbanistas consideram demasiado íngremes para edificação. (Perlman, 1977, p. 27)

Até porque o fato do favelado não possuir um conhecimento técnico é mais um indício de que ele é um excluído, e excluí-lo do processo de urbanização seria fechar o ciclo de exclusão:

A estrutura urbana impediu o desenvolvimento do favelado e obstruiu suas vias de acesso à educação formal, eliminando, assim, a possibilidade de que ele possa resolver por si próprio os problemas urbanos relacionados com a favela. (Perlman, 1977, p. 43)

Infelizmente nem todas as favelas podem ser urbanizadas. Grande parte delas encontra-se em áreas de risco ou preservação ambiental. Neste caso a remoção é inevitável até para a própria segurança do favelado. Mas é justamente neste caso que a participação do favelado no processo é mais importante. Geralmente conjuntos habitacionais não levam em consideração os aspectos comunitários e simbólicos da população. Casas milimetricamente iguais, em espaços muito distantes dos de origem, com as vizinhanças históricas desfeitas, não só não resolve o problema dos favelados, como o aumenta.

Já que a população tem que ser removida, deve-se descobrir antes o que é importante pra ela na favela, do que ela gosta, porque como já vimos, é um grande engano achar que tudo na favela é ruim. Após esse levantamento deve-se tentar levar o máximo possível dos componentes positivos da favela para a nova habitação, que de preferência não deve ser muito longe do local de origem.

Portanto, quaisquer que sejam as políticas para as favelas, elas devem contar com a opinião do maior interessado nessas políticas, o favelado, para a garantia de uma democracia que tenta diminuir o apartheid espacial e social do nosso país:

(...) mesmo que estejamos munidos de todo um conhecimento teórico obtido através das análises acerca da constituição dos nossos bairros e cidades, não podemos garantir um conhecimento total da realidade existente em cada espaço. Este conhecimento só poderia se colocar potencialmente acessível se nos dirigíssemos aos próprios sujeitos que em tais espaços vivem (...) sendo eles os sujeitos do objeto em questão, seriam, naturalmente, os maiores interessados numa profícua e precisa compreensão dos problemas e das relações sociais espacialmente postos e, necessariamente, na possibilidade de melhorias na qualidade de vida relacionada aos seus espaços, seus primeiros beneficiados (CARVALHO, p.22)

6. Referências Bibliográficas

ABSABER, Aziz, *Implantação de Minivilas Olímpicas em bairros da periferia*, São Paulo Perspec. v.15 n.1 São Paulo jan./mar. 2001

BONDUKI, Nabil Georges, *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria*-São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BUARQUE, Cristovam, *O que é apartação*. São Paulo, Brasiliense, 1993.

CALDEIRA, Tereza P., *Cidade de Muros-Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Edusp, 2000.

FUJIKAWA, Anderson de Carvalho. *Uma Experiência de Gestão e Governança Participativa no município de Presidente Castelo Branco*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Ana Lúcia Rodrigues, Maringá, 2006.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de grandes cidades*; tradução Carlos S. M. Rosa - São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PERLMAN, Janice, *O Mito da Marginalidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

REDÍGOLO, Natália C. N., *Conjunto Mutirão em Sarandi-Pr, a segregação das classes na manutenção do equilíbrio urbano*. Maringá, 2008

ROLNIK, Raquel, *O que é cidade*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes, *O Desafio Metropolitano-um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

VALLADARES, Licia do Prado, *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.